



## AUTORIZAÇÃO DE VENDA

\_\_\_\_ COM EXCLUSIVIDADE

\_\_\_\_ SEM EXCLUSIVIDADE

Proprietário(a)	Nome:			
	Cônjuge:			
	CPF:	CI:	Profissão:	Est. Civil:
	End.:			Bairro:
	Tel. Res.:	Comercial:		Celular:

Imóvel	Logradouro:		No:	Unid.:	Bairro:	
	Cidade:	Matrícula:	Cartório:	Ofício	Onerado Sim Não	
	Tipo:	VALOR DE VENDA:	PRAZO DE AUTORIZAÇÃO:			
	Índice Cadastral do IPTU:					

Pela presente Autorização de Venda, o(a) PROPRIETÁRIO(a) acima qualificado(a), autoriza a MINAS IMÓVEIS CONSULTORIA LTDA, CNPJ 14.408.625/0001-00, com sede nesta capital na Av. Luiz Paulo Franco, 1011, LJ. 71, bairro Belvedere, aqui denominada CONTRATADA, a promover a venda do imóvel acima descrito, para o que firmam a presente sob as condições entre si estabelecem, conforme se segue:

I. O(a) Proprietário(a) doravante denominado(a) VENDEDOR(a), se obriga a pagar à CONTRATADA, **o percentual de 6% (seis por cento) calculado sobre o preço efetivo da transação, devido no ato da assinatura do Instrumento**

**Particular de Compra e Venda ou Cessão.**

II. A comissão prevista na cláusula anterior será igualmente devida se o(a) VENDEDOR(a) efetivar a transação com pretendente que tenha iniciado negociações ou que tenha sido apresentado pela CONTRATADA.

III. Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer ação ou procedimento judicial resultante de obrigações ou direitos decorrentes da presente autorização.

**OBS: Menor valor pretendido livre de comissão: R\$\_\_\_\_\_**

**A MINAS IMÓVEIS se prontifica a reduzir o percentual de comissão PROPORCIONALMENTE a redução que o vendedor conceder no valor final de seu imóvel para fechamento do negócio.**

*RESOLUÇÃO COFECI NO 458/95*

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – COFECI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 16, Inciso XVII, da Lei nº. 6.530, de 12 de maio de 1976, RESOLVE: Art. 1 – “Somente poderá anunciar publicamente o Corretor de imóveis, a pessoa física ou jurídica que tiver, com exclusividade, contrato escrito de Intermediação Imobiliária”. E pelo Artigo 10, item VIII do Decreto no 81.871, de 29 de junho de 1978, RESOLVE: Art. 6º – “É vedado a o Corretor de Imóveis: V- Receber comissões em desacordo com a Tabela aprovada ou vantagens que não correspondem a serviços efetiva e lícitamente prestados”; Art. 8º - “Comete grave transgressão ética o Corretor de Imóveis que desatender os preceitos dos artigos acima citados”.

Assim, por estarem justas e contratadas, assinam a presente autorização, juntamente com as testemunhas a tudo presentes, prometendo cumpri-la e fazê-la cumprir fielmente quanto nela se contém.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Proprietário(a)

\_\_\_\_\_  
Cônjuge

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha